A China de Domingo Fernández de Navarrete

Manel Ollé *



O pregador dominicano espanhol Fr. Domingo Fernández de Navarrete é autor de um dos mais extensos, completos e singulares livros sobre a China de entre os que foram escritos pelos europeus no século XVII, *Tratados historicos, políticos, ethicos, y religiosos de la monarchia de China* (Madrid, Imprenta Real, 1676). Trata-se de um livro que desempenhou um papel fundamental no processo de argumentação e sustentação intelectual da polémica "querela dos ritos" que confrontou as políticas missionárias dos jesuítas com, por um lado, os dominicanos e franciscanos e, por outro, com uns poucos, mas significativos, jesuítas.

Ler os *Tratados* sobre a China como simples compilações de informações sobre a China, como se fossem manuais proto-etnológicos ou guias de viagem, é um erro que conduz a uma perspectiva orientalista e com tendência para a banalização. O livro de Domingo Fernández de Navarrete oferece muito mais do que aparenta se não nos limitarmos a abordá-lo unicamente em busca de uma leitura anistórica, extrapolada do seu contexto missionário, político e intelectual. Não se pode deixar de contemplar no enquadramento

Ph.D. in History, currently lecturing Chinese history and culture at Pompeu Fabra University, Barcelona). Researcher on the Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, focussing on Sino-Spanish relations in the modern period, and Chinese communities in Manila. Recent publications include La empresa de China: de la Armada Invencible al Galeón de Manila (Barcelona: Alcantilado, 2002) and Made in China. El despertar social, político y cultural de la China contemporánea (Barcelona: Destino, 2005).

destes *Tratados* o sentimento intelectual de fracasso e decadência imperial na Espanha barroca de 1676, a "preocupação de Espanha" que surge na obra de Francisco de Quevedo, do jesuíta Baltasar Gracián ou de Saavedra Fajardo. Nos *Tratados* de Fernández de Navarrete surge o claro-escuro de extremo contraste entre a China idealizada, com o seu bom governo e os seus filósofos morais de conselhos sábios, e o presente desolado do fiasco do reinado de Filipe IV. Assim, é também possível ler este livro como um espelho de príncipes...

Domingo Fernández de Navarrete oferece um livro volumoso não apenas em número de páginas (558 páginas tamanho fólio a duas colunas, para além de um amplo índice temático), mas também em ambição intelectual. Um livro repleto de intenção e de intensidade informativa e reflexiva, destinado a convencer sobre os seus argumentos a partir de dados e informações sobre a China que se querem sólidos e comprovados, não se deixa levar pela simples *curiositas* recreativa. Os sete *Tratados* e os 111 capítulos da grande obra de Fr. Domingo Fernández de Navarrete dedicamse a informar o leitor, o melhor e mais exaustivamente possível, sobre o então pouco conhecido país chamado China em todos os seus aspectos.

A complexidade e o interesse do livro de Fernández de Navarrete não residem exclusivamente na sua vastíssima compilação de conhecimentos actualizados sobre a China nem na capacidade de reflectir as suas experiências e percepções directamente derivadas dos cerca de 12 anos que passou na China: residem também na força intelectual que representa o acto de filtrar todos estes dados, estas traduções e estas percepções vitais através de uma inteligência argumentativa consistente

^{*} Doutorado em História, lecciona História e cultura chinesas na Universidade Pompeu Fabra (Barcelona). Investigador do CSIC (Consejo Superior de Investigaciones Cientificas), a sua investigação centra-se nas relações sino-hispânicas na era moderna e nas comunidades chinesas de Manila. De entre as suas mais recentes obras destacam-se La empresa de China: de la Armada Invencible al Galeón de Manila (Barcelona: Alcantilado, 2002) e Made in China. El despertar social, político y cultural de la China contemporánea (Barcelona: Destino, 2005).

e dialógica, de uma grande modernidade no sentido do debate intelectual que estabelece, na capacidade de converter em matéria de discussão séria e detalhada o conhecimento do outro (a descrição da China) em contextos tão diversos como o antropológico, histórico ou filosófico. Evidentemente que não se pretende aqui postular como mais ou menos acertada em relação à disputa dos ritos, nem se pode inferir desta apreciação dos *Tratados* de Fernández de Navarrete qualquer simpatia pelas suas críticas às também discutíveis, e necessariamente ajustadas ao seu tempo, políticas de adaptação da Companhia de Jesus.

Sob a capa uma mera e neutra descrição da China e de uma série de traduções de textos confucionistas comentados e de uma autobiografia missionária, estabelece-se ao simultaneamente um potente engenho persuasivo, destinado a defender posições contrárias à adaptação jesuíta aos ritos chineses, justamente a partir de textos e informações, traduções e percepções geradas pelos próprios jesuítas... É neste paradoxo que reside uma das maiores atracções hermenêuticas dos *Tratados*.

Não se pode ignorar que os *Tratados* exerceram um notável impacto e influência intelectual ao longo do século XVIII: no âmbito hispânico foi a obra responsável pela (fraca) sinofilia que se verificou no século que se lhe seguiu e no contexto geral europeu exerceu a sua influência através das traduções para diferentes línguas europeias. Entre outros, leram, citaram e informaram-se sobre a China por intermédio de Domingo Fernández de Navarrete alguns dos fisiocratas franceses, como Quesnay, ou pensadores como Locke ou Voltaire. Há também que não esquecer a imediata recepção positiva que o livro de Fernández de Navarrete granjeou entre os jansenistas, também em encarniçada contradição com a Companhia de Jesus.

À margem do interesse que apresenta no contexto da história da pregação missionária, trata-se de um livro importante para a história das percepções europeias da China e para a história das traduções de clássicos chineses, já que incorpora numerosas e importantes traduções dos clássicos confucionistas. Há que destacar que três dos sete *Tratados* do livro de Fernández de Navarrete são, na realidade, traduções de clássicos confucionistas. Há também que não esquecer a singularidade de ser precisamente neste livro de Fernández de Navarrete que se publicam na Europa as primeiras notícias sobre o neoconfucionismo.

Entre as diversas áreas de interesse que o livro de Fernández de Navarrete apresenta para o leitor e para o estudioso actual podem destacar-se quatro aspectos. Em primeiro lugar, o profuso e detalhado debate sobre a interpretação, valor e utilização intelectual e ritual da figura de Confúcio e dos clássicos do pensamento chinês no âmbito da "querela dos ritos" da segunda metade do século XVII.

Em segundo lugar, há que destacar que o livro do dominicano é uma fonte histórica de primeira ordem no que se refere ao tratamento que dá aos factos ocorridos na China em meados do século XVII, em especial a percepção da mudança dinástica que representou a entronização da dinastia manchu dos Qing e as notícias sobre os Ming do Sul e a figura do líder rebelde da China marítima,

Frontispício de *Tratados Historicos, Politicos, Ethicos y Religiosos de la Monarchia de China*, Madrid, 1676.



Zheng Chenggong 郑成功 (Coxinga ou Cuesing nas fontes europeias). Factos estes que, pela sua magnitude e influência no próprio projecto missionário, exercem um poderoso impacto na imaginação e na memória dos diferentes cronistas e historiadores missionários europeus que abordam o tema da China na segunda metade do século XVII, que falam e se copiam no que se refere a estes temas. Determinar o papel do livro de Fernández de Navarrete nas diferentes visões da China do século XVII em comparação com outros autores contemporâneos ou anteriores (Álvaro Semedo, Palafox y Mendoza, Athanasius Kircher, Francisco Colín, François de Rougemont, Martino Martini...) é uma tarefa produtiva e do máximo interesse (que foge, no entanto, aos limites e propósitos deste artigo), especialmente levando em conta o carácter polemista e dialéctico de Fernández de Navarrete, que no seu livro compila numerosas notícias alheias sobre a China de forma crítica e analítica. É também extremamente interessante questionar a função do discurso historiográfico, antropológico e filosófico sobre a China que Fernández de Navarrete oferece no contexto da controvérsia dos ritos nos quais se enquadra.

Finalmente, os Tratados proporcionam um valioso testemunho etnológico, antropológico, linguístico e cultural. Oferecem uma descrição da China repleta de observações e pormenores perspicazes, avaliada e complementada por inúmeras fontes livrescas, das quais é elaborada uma súmula descontínua e crítica. Das principais informações nos seus comentários, descrições e narrações, emergem abundantes detalhes da vida quotidiana, das instituições e das crenças, da cultura material e dos usos e costumes da China que o dominicano conheceu entre 1658 e 1670. O livro compila notícias sobre geografia, organização administrativa, organização judicial, fauna e flora, religiões e cerimónias sociais e funerárias. Outro aspecto de interesse é o das notícias directas ou indirectas sobre a língua chinesa: indirectas através das expressões e transliterações que oferece; directas através das informações que compila.

PERCURSO BIOGRÁFICO DE DOMINGO FERNÁNDEZ DE NAVARRETE

Através dos dados que o próprio autor oferece nos seus livros – especialmente no Livro VI dos seus *Tratados* –, e também através dos arquivos dominicanos e da historiografia missionária dominicana – de que se destaca especialmente, nos estudos contem-porâneos, o trabalho de investigação de J. S. Cummins –, é possível reconstruir os principais traços do percurso biográfico, religioso e intelectual de Domingo Fernández de Navarrete no que se refere ao seu conhecimento e experiência na China.

Domingo Fernández de Navarrete nasceu em 1610 em Castrogeriz, na província de Valladolid, em Castela. Recebeu o hábito de dominicano em 1635, no convento de Peñafiel. Diplomou-se e exerceu no Colégio de San Gregorio de Valladolid. Na orientação missionária para a China de Domingo Fernández de Navarrete destaca-se o papel determinante exercido pelo conhecimento do padre dominicano Juan Bautista Morales, que estivera na China entre 1633 e 1643 e regressara à Europa para informar a corte papal em Roma e o rei espanhol sobre a situação da pregação na China. Com o nome de Li Yüfan 黎玉 范, o dominicano Juan Bautista Morales publicara diversos tratados de teor teológico e missionário em chinês. Foi Juan Bautista Morales precisamente o impulsor inicial da "querela dos ritos" junto do franciscano Antonio Caballero Santa Maria, que publicou também diversas obras em chinês assinadas com o seu nome naquela língua, Li Andang 利安当, e que na China partilhou experiências e cativeiro com Domingo Fernández de Navarrete entre 1666 e 1670. A viagem de Juan Bautista Morales a pedido das autoridades de Roma encetada em 1643, apenas cinco anos depois do levantamento oficial do monopólio da pregação jesuíta na China, era uma primeira iniciativa firme de denúncia da orientação jesuíta para a adaptação cultural às práticas rituais confucionistas chinesas, segundo as políticas missionárias estabelecidas quase um século antes por Alessandro Valignano e Matteo Ricci. Naquela viagem, Juan Bautista Morales conseguiu que o Papa Inocêncio X decretasse a proibição do culto de Confúcio e dos antepassados que os chineses cristianizados pelos jesuítas praticavam, considerando-os como idolatria.

A controvérsia sobre os ritos surge devido à diferença entre os métodos de evangelização da Companhia de Jesus e os adoptados pelos dominicanos e franciscanos que tentavam abrir brechas no monopólio missionário jesuíta na China, que formalmente terminara com o decreto do Papa Urbano VIII de 1638. Os dominicanos e franciscanos depositavam

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

toda a confiança da eficácia missionária na graça divina e não davam demasiada importância aos meios humanos para alcançar a cristianização dos chineses. Insistiam no mistério da Cruz; acreditavam que deveria exigir-se, na China como da Europa, rigor no campo da moral e também uma aplicação sem excepções das práticas litúrgicas. Os jesuítas, pelo contrário, seguiam outra perspectiva missionária. Procuravam conhecer e adaptar-se aos usos e costumes dos asiáticos, tanto no Japão (Alessandro Valignano), como na China (Michele Ruggieri, Matteo Ricci), adaptavam e respeitavam esses costumes, tentavam assimilar os padrões culturais e de prestígio social dos letrados, com o seu culto dos sábios e com a doutrina de Confúcio, valorizavam a ciência como o melhor método de penetração nas classes dirigentes e respeitavam as leis imperiais, pelo que evitavam a pregação em público.

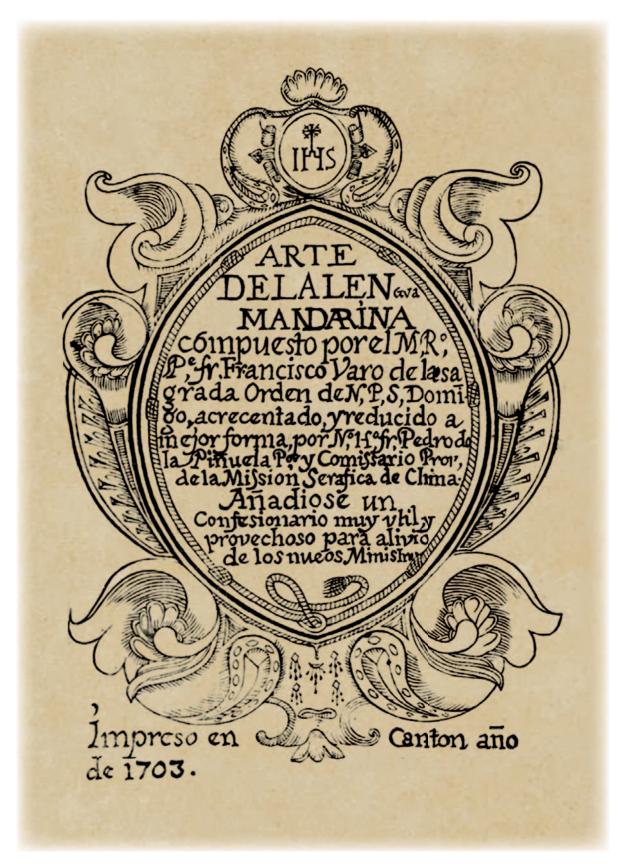
Para além destas diferenças de abordagem missionária entre jesuítas, por um lado, e franciscanos e dominicanos, por outro, há que considerar também outras causas estratégicas ou conjunturais: o confronto entre potências imperiais (castelhanos *versus* portugueses e italianos), as lutas entre os defensores do Padroado português e a *Propaganda Fide*, a luta dos jansenistas contra os jesuítas...

Os pontos centrais da querela dos ritos eram quatro. Em primeiro lugar, o nome que deveria ser utilizado para designar Deus – Tianzhu 天主 (senhor do céu) ou Shangdi 上帝 (imperador superior, último antepassado). Estes termos tinham uma forte representatividade no contexto cultural chinês, podiam incutir à figura de Deus um traço cosmológico-panteísta ou então xamânico-ancestral-naturalista e já tinham sido utilizados em diversos contextos ritualistas e religiosos chineses. Em segundo lugar, a controvérsia centrava-se na permissividade que caracterizava os cultos aos antepassados e a Confúcio. Em terceiro lugar, debatiam-se as excepções relativamente ao jejum e ao dia de descanso. Em quarto lugar, era questionada a maior ou menor oportunidade de falar logo de início no martírio de Jesus Cristo na Cruz apesar da incompreensão e do escândalo para pessoas pouco preparadas para este tema.

Naquele mesmo ano de 1645 em que conheceu o padre Juan Bautista Morales e em que teve também lugar o primeiro pronunciamento papal sobre a querela dos ritos favorável à ordem dominicana, Domingo Fernández de Navarrete renunciou à sua brilhante e prometedora carreira como teólogo e apresentou-se como voluntário para as missões asiáticas. Viajou através do México até às ilhas Filipinas, onde chegou a 23 de Junho de 1648. Ali foi-lhe atribuída a província de Manila. No entanto, não lhe foi atribuído o mercado dos sangleys, o distrito em que se concentravam os chineses de Manila, tendo-se antes dedicado à evangelização das comunidades austronésias de língua tagalo e ao ensino de Teologia na Universidad Dominica de Santo Tomás, Manila. Foi nomeado procurador-geral da província do Santísimo Rosario, nas Filipinas.

Não se pode ignorar que os Tratados... exerceram um notável impacto e influência intelectual ao longo do século XVIII

Depois de ter passado quase dez anos nas Filipinas, pregando, cristianizando "índios tagalos" e ensinando Teologia em Manila e povoações próximas, as autoridades dominicanas das Filipinas decidiram o regresso de Fernández de Navarrete a Espanha: a frágil saúde do dominicano e o seu brilhantismo como teólogo ditavam um novo destino. Para evitar os rigores da travessia do Pacífico, o regresso não deveria ser realizado via México, mas pela rota ocidental portuguesa, atravessando o estreito de Malaca, seguindo pelo Índico e ao longo da costa de África. Fernández de Navarrete iniciou em Manila o seu caminho de regresso a Castela em 14 de Fevereiro de 1657, tendo por destino inicial Macaçar, o mercado de especiarias das ilhas Celebes. A navegação complicou-se devido à inclemência das condições marítimas, com várias paragens forçadas, severas tormentas e ameaças à sobrevivência. Um trajecto que, em condições normais, seria inferior a mês e meio converteu-se numa longa odisseia de cerca de oito meses. Domingo Fernández de Navarrete chegou a Macaçar em Outubro de 1657, tendo sido acolhido durante alguns meses pelos dois padres dominicanos portugueses que se ali se encontravam. As dificuldades em prosseguir o seu itinerário projectado até Espanha (o controlo holandês de Malaca complicava aos ibéricos



FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH-18TH CENTURIES)

a circulação até ao Índico) levaram-no a embarcar em Junho de 1658 num navio capitaneado por um chinês que se dirigia para Macau e no qual viajavam também outros quatro religiosos, entre os quais o jesuíta Martino Martini, que três anos antes publicara em Antuérpia o seu livro De bello Tartarico em que descrevia as circunstâncias da mudança dinástica ocorrida uma década antes na China, com o acesso dos manchus ao poder em Pequim, onde substituíram a dinastia Ming pela dinastia Qing. Martino Martini dirigia-se para a China depois de ter conseguido que o Papa anulasse o decreto obtido pelo dominicano Juan Bautista Morales em 1645: conseguira, assim, autorização de Alexandre VII para prosseguir com os seus métodos de evangelização, que permitiam o culto aos antepassados e a Confúcio.

Após uma viagem de algumas semanas, mas não isenta de perigos, a 14 de Julho de 1658 Fernández de Navarrete chegou a Macau. Passou um ano e dois meses inutilmente à espera de uma oportunidade para conseguir passar para o interior da China a fim de se reunir a outros pregadores dominicanos. Como é evidente, não encontrou ajuda nem qualquer apoio por parte dos jesuítas de Macau, que viam como uma perturbação desestabilizadora esta intromissão de dominicanos e franciscanos num território missionário que há décadas trabalhavam. Finalmente, a 25 de Setembro de 1659, Domingo Fernández de Navarrete conseguiu chegar a Guangzhou a bordo do navio de um comerciante chinês. A partir dali, prosseguiu o seu périplo até à cidade de Fu'an, onde se encontrava uma base missionária dominicana, onde chegou a 3 de Novembro de 1659. Ali encontrou três dominicanos, Luo Wenzao 罗文藻, Juan García e Francisco Varo.

Há que destacar a grande importância do dominicano Francisco Varo na história das relações culturais entre a China e a Europa do século XVII por ter sido o primeiro a redigir uma gramática de chinês. Não esqueçamos que, apesar de contar com uma poderosa e milenar tradição lexicográfica e retórica, a língua chinesa carecia de reflexão gramatical autóctone. Havia já uma década que o missionário dominicano Francisco Varo pregava na China, pois chegara a Fujian em 1649. Procurando um instrumento para acelerar a aprendizagem da língua chinesa entre os

seus companheiros de missão, preparou uma gramática de mandarim. Para a sua elaboração baseou-se em trabalhos prévios, hoje desaparecidos, de antecessores dominicanos nas missões da China (Juan Cobo, Juan Bautista de Morales...). A conclusão da sua Arte de la lengua mandarina, a primeira gramática da língua chinesa, deu-se por volta de 1682. Apesar da grande importância que os jesuítas atribuíram ao estudo e conhecimento da língua chinesa e também do estatuto excepcional das figuras pioneiras na empreitada jesuíta na China, como Matteo Ricci (religioso e intelectual de rigorosa formação nos campos humanísticos e científicos, discípulo do cosmólogo Clavius), a primeira gramática produzida pelos membros da Companhia de Jesus foi redigida por Joseph Henri Marie de Prémare em 1726, quase um século e meio depois da entrada dos jesuítas na China, e só em 1831 ficou acessível ao público. Trata-se de um feito singular, dado o ingente contributo jesuíta para a primeira sinologia europeia. Esta singular ausência de reflexão gramatical missionária jesuíta é atribuída à forte tradição de pedagogia oral no estudo da língua que prevalecia na Companhia de Jesus. À falta de modelos gramaticais autóctones, Francisco Varo serviu-se da taxinomia e do enquadramento conceptual que prevalecia então, a saber, o do gramático espanhol Antonio de Nebrija (1441-1522). Trata-se de uma dívida intelectual reconhecida e reiterada no próprio texto pelo gramático dominicano. Francisco Varo embarcou em direcção à América em 1646, razão pela qual é de todo improvável que tivesse tido acesso à Grammaire de Port-Royal ou Grammaire générale et raisonnée, de Antoine Arnauld e Claude Lancelot, publicada em 1660.

Neste contexto, não é de surpreender que Domingo Fernández de Navarrete encontrasse um ambiente favorável ao estudo do chinês em três das suas variantes orais, missão à qual dedicou os seus dois primeiros anos na China. Concentrou-se na sua variante local (minanhua) e no mandarim-padrão e, provavelmente, em algum outro dialecto que não se encontra determinado. Atribuem-se a Domingo Fernández de Navarrete diversas obras directamente redigidas em chinês, nenhuma das quais se conserva. Destaca-se a Explicación de las verdades católicas e impugnación de los errores más comunes de la China, que, segundo testemunho próprio, publicou em quatro volumes entre 1664 e 1666, durante a sua estadia em Zhejiang. Trata-se provavelmente de uma obra

de redacção-tradução-edição feita com alguma ajuda de chineses cristianizados conhecedores de espanhol, tendo em conta que foi precisamente naquela época que Fernández de Navarrete iniciou o seu estudo da língua chinesa sob a orientação e impulso do Pe. Francisco Varo. Confirma-se a existência destes textos em língua chinesa - corroborando a menção feita pelo próprio autor nos seus Tratados - através de algumas cartas que Varo escreveu em 1673 nas quais reclamava financiamento para poder imprimir estes quatro volumes, que não se sabe ao certo se permaneceram inéditos ou chegaram a ser publicados. Outras obras chinesas de Fernández de Navarrete das quais existem apenas notícias indirectas, como, por exemplo, em cartas do padre Francisco Varo pedindo a sua publicação, são De los nombres admirables de Dios ou El gobernado gentil.

Depois de dois anos em Fujian dedicados ao estudo do chinês e à pregação, em 1661 Fernández de Navarrete teve de mudar-se para a cidade de Jinhua, na província de Zhejiang, para ocupar o lugar de um dominicano que tinha de regressar a Espanha. Ali começou a preparar a publicação de um catecismo em língua chinesa, que deveria ser editado em dois volumes. No entanto, um grave acontecimento alterou o curso da pregação missionária na China e também os projectos de Fernández de Navarrete.

Em 1664 rebentou no palácio imperial um conflito que teve graves consequências para os 36 missionários (25 jesuítas, dez dominicanos e um franciscano) que naquele momento se encontravam no interior da China. O problema surgiu no âmbito do Departamento de Astronomia do palácio imperial, encarregado da delicada missão de elaborar o calendário, de importância vital no contexto do ritualismo confucionista. O jesuíta alemão Johann Adam Schall von Bell (1591-1669), chegado à China em 1619, ganhou a absoluta confiança imperial quando conseguiu prever com maior exactidão do que os seus colegas chineses o eclipse solar que teve lugar em 1629. Foi-lhe assim permitido estabelecer um observatório no interior do palácio e foram-lhe abertas as portas à reforma do calendário. Uma década mais tarde chegou a ser nomeado director do Departamento de Astronomia.

Em 1664, um matemático e astrónomo muçulmano, Yang Guangxian 杨光先, disputou o controlo do Departamento do Calendário a Adam Schall (e mais tarde, após a morte deste, em 1669, a Verbiest). Yang Guangxian começou a escrever e a difundir panfletos anticristãos (que aparecem resumidos e rebatidos nos Tratados de Domingo de Fernández Navarrete). A campanha anticristã iniciada em 1664 por este matemático sino-muçulmano fez com que o palácio levasse em consideração as suas acusações e exigisse a presença imediata em Pequim de todos os missionários cristãos que operavam na China, que, depois de detidos durante três meses, foram condenados, por sentença de 12 de Abril de 1665, à pena de expulsão do território chinês através de Macau. Este numeroso grupo de missionários (do qual ficaram excluídos os quatro jesuítas que residiam no palácio imperial) passou ainda mais uns meses detido em Pequim. Finalmente, em Setembro de 1665, foram conduzidos para Macau. Chegaram a Guangzhou depois de seis meses de viagem, em Março de 1666. Ali, o governador recusou-se a enviá-los para Macau e reteve os missionários numa antiga igreja.

Domingo Fernández de Navarrete esteve enclausurado em Guangzhou durante quase quatro longos anos em conjunto com este grupo de missionários. Estes anos de clausura na companhia de um grupo de missionários maioritariamente jesuítas converteram-se no fermento intelectual das suas obras sobre a China. Ali Fernández de Navarrete partilhou estadia diária com 19 padres jesuítas, três dominicanos e um franciscano (Antonio Caballero Santa Maria). Ali pôde consultar e ler dezenas de livros chineses dos jesuítas, bem como os tratados e traduções que já tinham publicado ou mantinham inéditos em forma manuscrita (como, por exemplo, as traduções de Confúcio do padre jesuíta Intorcetta, que posteriormente incorporaria no terceiro dos seus Tratados com abundantes exegeses e comentários críticos), ali tomou partido nas dissensões internas dos jesuítas e argumentou sobre a disputa dos ritos, etc. Ali redigiu alguns dos capítulos que posteriormente integrariam os Tratados (como, por exemplo, o Tratado V dedicado à "seita literária", no qual reproduz, edita e comenta profusamente um texto inédito sobre a escola dos letrados (rujia 儒家) – ou o erroneamente chamado "confucionismo" - de Nicolo Longobardi, autor jesuíta caído em desgraça e utilizado na sua argumentação por Fernández de Navarrete como um jesuíta aliado). Escreveu também durante a sua reclusão em Guangzhou alguns (pelo menos três) dos

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH-18TH CENTURIES)

capítulos que seriam posteriormente integrados nas Controversias antiguas y modernas entre los missionarios de la Gran China, um texto mais doutrinário e apologético.

Este tratado doutrinário e polemista das Controversias... deriva directamente do debate sobre os ritos que teve lugar em Guangzhou em 1667-1668. O ambiente de debate doutrinário e da estratégia missionária conduziu à realização, a partir de 18 de Dezembro de 1667, da chamada "conferência de Guangzhou acerca dos ritos chineses" (1667-1668), na qual Fernández de Navarrete se opôs aos jesuítas: face à maioria de 19 jesuítas, as opiniões dos dominicanos e do franciscano estavam em minoria. Em 1669, os jesuítas enviaram a Roma o Pe. Intorcetta para defender as posições missionárias da Companhia de Jesus. Em finais deste mesmo ano, Domingo Fernández de Navarrete decidiu escapar à reclusão em Guangzhou, apesar da oposição do vigário-geral provincial dos dominicanos na China, Francisco Varo. Foi duramente criticado por este e acusado de colocar em perigo a situação dos outros missionários de Guangzhou. A 11 de Janeiro de 1670, Fernández de Navarrete embarcou em direcção a Malaca num navio português que se dirigia para Goa. A sua intenção era prosseguir dali para Manila, mas as autoridades holandesas do enclave do estreito recusaram--lhe a autorização para o fazer e teve de prosseguir o seu périplo em Fevereiro de 1671 ao longo do Ceilão e Goa. A passagem do cabo da Boa Esperança num navio francês complicou-se, o que fez com que a viagem de regresso à Europa se prolongasse até Março de 1672. Ao fim de alguns meses foi recebido em Roma pelo Papa Clemente X, conseguindo que este confirmasse que a pregação na China não era monopólio jesuíta. Depois de ter informado as autoridades eclesiásticas sobre as suas posições a propósito do tema dos ritos, a sua intenção era voltar à China, mas as autoridades dominicanas não o permitiram.

Já em Madrid, o geral dominicano Rocaberti encarregou Fernández de Navarrete de editar o livro Hechos de la orden de predicadores en China, que Victorio Riccio escrevera em 1667. Entregou-lhe o manuscrito, mas imediatamente mudou de ideias e delegou esta tarefa ao Pe. Lorca, que acabou por perder, segundo se diz, o manuscrito. Tanto este livro inédito de Victorio Riccio como também outro inédito de Juan Bautista Morales figuram entre as fontes a que Fernández de Navarrete recorreu nos seus Tratados, mas que em

nenhum momento são declaradas, seguindo uma prática comum na historiografia missionária, que pode esbater autorias pessoais num contexto de disciplina no âmbito de uma ordem religiosa. Quem assina um livro nem sempre é o seu autor por inteiro: o conceito de autor incluía em boa medida a ideia de editor de textos prévios, compilados, ordenados e concluídos. Ao invés de dedicar-se à edição explícita do livro de Victorio Riccio, Fernández de Navarrete escreveu os seus *Tratados* ao longo daqueles anos, vindo a publicá-los em 1676. Um ano depois da publicação dos *Tratados*, o Papa, por sugestão de Carlos II, obrigou-o a aceitar o arcebispado de Santo Domingo, onde trabalhou até à sua morte.

Na realidade, antes dos *Tratados*, Fernández de Navarrete tinha praticamente terminado um livro que se centrava muito mais declaradamente na disputa sobre os ritos, um segundo volume sobre a China, mais directamente doutrinário e polémico, intitulado *Controversias antiguas y modernas entre los visionarios de la Gran China*, que só veio a lume parcialmente. O segundo volume, mais concentrado na atitude acomodatícia face aos ritos e costumes chineses que os jesuítas exibiam) estava no prelo quando foi denunciado pela Companhia de Jesus ao Santo Ofício e nunca chegou a ser publicado.

Antes de publicar estas *Controversias*, Fernández de Navarrete achou por bem escrever os *Tratados*. Queria desta forma neutralizar a abundante bibliografia jesuíta dedicada à descrição da China e das suas doutrinas, para oferecer uma tradução dos textos confucionistas e um suporte factual, intelectual, autobiográfico e informativo nos *Tratados* que servissem de fundamento e de contexto, de legitimação e de instrumento de persuasão da parte mais teológica e estritamente doutrinária, que se centra nas *Controversias*. Foi assim que surgiu o projecto dos seus *Tratados*.

A OBRA

Domingo Fernández de Navarrete organizou os *Tratados* em sete partes que se apresentam como livros independentes, que podem ser lidos à margem do seu contexto mas que no conjunto encaixam na perfeição como peças de um mecanismo de argumentação persuasiva.

Nos dois primeiros *Tratados* encontramos a parte mais descritiva da China. O primeiro tem por

DE·LAS COSAS

MAS NOTABLES, a
RITOS, Y COSTVMBRES,

Del gran Reyno dela China, sabidas assi por los libros delos mesmos Chinas, como por relacion de Religios sos, y orras personas, que an estado en el dicho Reyno.

HECHAY ORDENADA POR EL MVY R. P. MAESTRO
Fr. loan Gonzalez de Mendoça dela Orden de S. Agustin, y penitanclario Appostolico a quien la Magestad Catholica embio con su seas
carra y dirat cosas para el Rey de aquel Reyno el año. 1530.

AL ILLUSTRISSIMO S. FERNANDO A: Yeza y Fonseca delconsejo de su Magestad y su presidente en el Real delas Indias.

Con va frinerario del nueuo Mundo.



Con Privilegio y Licencia de Ju Santidad .

En Roma, a costa de Bartholome Grassi. 1885 en la Stampa de Vincentio Accols.

Portada de la edición original de esta obra.

Portada de la «Historia... del gran Reyno de la China», Juan González de Mendoza. Roma. 1585. Primera edición

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

título *Del origen, nombre, sitio, grandeza, riqueza y singularidades de la gran China* e o segundo intitula-se *Del modo y disposición del gobierno chino, de sus sectas y de las cosas más memorables de la historia.* Nestes dois *Tratados* encontramos um formato que tem as suas raízes nas descrições da China baseadas em relatos de viagens, como as que foram escritas por Melchior Nunes Barreto, Gaspar da Cruz ou Martín de Rada.

Como principais fontes impressas destes dois Tratados temos, por um lado, e em destaque, a Historia de las cosas más notables, ritos y costumbres del gran Reyno de la China (1585) de Fr. Juan González de Mendoza (Torrecilla de Cameros, 1545-Popayán, 1618), livro que representa o culminar do paradigma ibérico de percepção da China ao compilar as informações recolhidas pelos portugueses e pelos castelhanos durante o século XVI, e que foi traduzido em oito línguas europeias e reimpresso 38 vezes em 15 anos, entre 1585 e 1600. Aliado a esta incontestável e prolixa lista de edições e traduções e também à influência detectável em autores e pensadores posteriores, um breve e curioso episódio revela-nos o alcance da repercussão alcançada pelo livro de Juan González de Mendoza: quando, em 1871, Elbing Carlsen chegou à baía de Barents, descobriu uma cabana construída por um grupo de exploradores holandeses do século XVII que exploravam a passagem do Nordeste. Nela encontrou conservados pelo clima polar objectos diversos: roupas, armas e dois livros - um deles era a Historia de González de Mendoza.

A segunda fonte livresca com influência evidente nos dois primeiros *Tratados* de Fernández de Navarrete reside nos diários de Matteo Ricci, que foram difundidos na Europa através da edição latina elaborada pelo jesuíta valão Nicolas Trigault, em 1616, com o título de *De christiana expeditione apud Sinas suscepta ab Societate Jesu*. Na sua edição latina e nas traduções subsequentes, os diários de Matteo Ricci alcançariam um grande impacto intelectual na Europa do século XVII. A novidade do livro de Matteo Ricci consistia na incorporação de uma percepção desenvolvida durante uma estadia prolongada. Esta edição de Trigault foi traduzida e editada em castelhano em 1621 sob o título *Historia de la China i Christiana Empresa hecha en ella por la Compañía de Jesús*.

Frontispício de Juan González de Mendoza, Historia de las cosas más notables, ritos y costumbres del gran Reyno de la China, Roma, 1585.

Fernández de Navarrete é um autor polemista e dialéctico, discute constantemente com os seus contemporâneos e antecessores. Nos dois primeiros *Tratados* alude – de forma crítica ou laudatória, por vezes autoritariamente – 17 vezes a Trigaucio (ou seja, Ricci traduzido por Trigault) e 21 vezes a González Mendoza. À margem destes 38 pontos de contacto explícito é possível detectar outros momentos nos quais se verifica uma notória utilização destas duas fontes, que assinalam os dois paradigmas de percepção da China precedentes: o ibérico e o jesuíta.

A organização do material em subcapítulos temáticos, o tipo de informações que recolhe e a própria natureza desta é fortemente devedora deste tipo de descrição temática, que se concentra em diferentes aspectos da história, da geografia, da cultura, da política, da sociedade ou dos costumes da China e dos chineses. À margem destas duas principais fontes de tipo livresco, surgem nos dois primeiros Tratados diversas fontes declaradas, menos utilizadas mas relevantes, como Bartoli, Nieremberg, Herrera Maldonado, Mendes Pinto, Álvaro Semedo ou o De bello Tartarico, de Martino Martini (ao qual se dedicará quando o livro avança já para toda uma longa secção do Livro VI, o Capítulo XXXIII, concentrado em comentar e divergir do livro do jesuíta acerca da sucessão dinástica que acabou com os Ming e conduziu à entronização da dinastia manchu-tártara dos Qing), Athanasius Kircher, que é explicitamente citado mais de 15 vezes no livro de Navarrete e que publicou a sua China Illustrata em 1667 sem nunca ter estado na China (tal como González de Mendoza), mas compilando informações alheias a seu respeito, etc. Nestes dois primeiros Tratados destaca-se a profusão de fontes orais, de testemunhos recolhidos através do contacto com as mais de duas dúzias de missionários, maioritariamente jesuítas, com os quais Fernández de Navarrete partilhou cativeiro em Guangzhou entre 1666 e finais de 1669. Navarrete relata as suas experiências, percepções e opiniões.

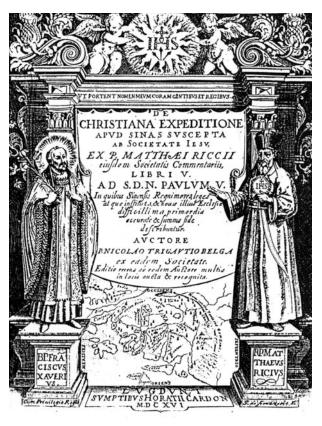
Porém, à margem das fontes livrescas ou baseadas no testemunho oral, o que há de mais significativo, inovador e singular nestes dois *Tratados* reside no contributo pessoal do dominicano, assente na sua própria experiência, memória e subjectividade: é nas passagens e episódios descritos com base em material recolhido pelo próprio Navarrete assim como na constante qualificação, avaliação, comentário e crítica

de todos os informadores exteriores que reside o seu valor acrescentado.

Ocasionalmente. encontramos também nos dois primeiros Tratados fontes chinesas, que, nesta parte inicial do livro, se concentram na secção final do segundo Tratado, dedicada a introduzir a figura de Confúcio, Descripcion de las maravillas y milagros de Confúcio, onde se glosa e apresenta uma breve biografia ilustrada em oito estampas da vida do filósofo chinês. Depois desta biografia e depois de ter explicado que as obras daquele foram mandadas queimar pelo imperador "Cin Xi Hoang" (ou seja, Qin Shihuang 秦始皇, o famoso primeiro imperador e fundador da dinastia Qin,

que reinou com mão de ferro entre 246 e 208 a.C., unificou a China, mandou erguer a grande muralha, reformou a escrita e mandou trasladar os famosos guerreiros de terracota paro o seu túmulo, próximo da actual cidade de Xi'an), Fernández de Navarrete coloca o leitor em condições de poder enfrentar a leitura do filósofo, que se encontra na base da disputa dos ritos.

Nos terceiro e quarto Tratados aparecem traduções de clássicos confucionistas e de compilações eruditas aforísticas, que através dos títulos revelam de uma forma directa os seus conteúdos: "Tratado III. Escrivense algunas sentencias Politicas, y Morales del Filosofo Kung Fu Zu" e "Tratado IV. Del libro Ming, Sin, Pao, Kien, esto es, espejo precioso del alma". O Tratado III proporciona uma das primeiras (se não a primeira) tradução para espanhol dos diálogos entre o mestre e alguns dos seus discípulos e as máximas do mestre Kong (Kong Fuzi 孔夫子, Confúcio) compiladas no Lunyu 论语, ou seja, os chamados Analectos. Na realidade, pode afirmar-se que a principal, mais significativa e mais relevante fonte do



Frontispício de Nicolas Trigault, De christiana expeditione apud Sinas suscepta ab Societate Jesu, 1616.

autor para a elaboração do conjunto dos seus Tratados, é nada mais nada menos do que o grande filósofo chinês Confúcio, os seus discípulos e os textos que em torno da sua figura foram congregados. São--nos oferecidos os seus tratados, traduzidos pelos jesuítas Intorcetta e Longobardi ou pelo próprio Fernández de Navarrete. É este um novo ângulo do interesse académico deste livro, precisamente o seu perfil enquanto obra de tradução.

O Tratado III já não se centra na figura ou no perfil lendário do filósofo, mas nos ensinamentos do mestre Kong (Confúcio), cuja vida geralmente é situada nos séculos v e vi antes de Cristo. Nada

melhor para compreender o alcance e as limitações, a moralidade, mas também a gentilidade do pensamento do mestre "a quien han dado los Letrados Chinos nombre de Maestro, y Príncipe suyo" do que proporcionar aos leitores do século XVII um acesso directo às suas palavras através da tradução e nada mais eficaz do que comentá-las e interpretá-las como faz no seu livro Domingo Navarrete. O leitor é informado da existência de traduções prévias, como a do jesuíta Próspero Intorceta "e outros três do seu tempo" (Capítulo II, 1-3) em dois tomos. Fr. Domingo viu a tradução do jesuíta Próspero Intorceta como pouco feliz e pouco fiável. Por isso considerou necessário levar a cabo a sua própria tradução para castelhano, possibilitando aos missionários e a todos aqueles que deveriam tomar uma posição sobre a disputa dos ritos a leitura de uma tradução ajustada e útil aos seus propósitos.

Fr. Domingo Fernández de Navarrete conhecia bastante bem a obra de Confúcio, mas atribuiu-lhe erroneamente algumas passagens e obras que na realidade não lhe correspondem. Certamente que o *Tratado III* se alimenta principalmente de máximas

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH-18TH CENTURIES)

procedentes dos Analectos, uma obra actualmente considerada como obra directa dos seus discípulos, que compilaram os seus ensinamentos a partir da memória das palavras de um mestre tão ágrafo como o foram Jesus Cristo, Láucio ou Sócrates. No Tratado III, para além destas máximas, são-lhe atribuídos e traduzidos muitos outros aforismos e diálogos de discípulos de Confúcio, como, por exemplo, procedentes de La gran enseñanza (Daxue 大学), que se transforma no livro de Fernández de Navarrete em La gran ciencia o La gran sabiduría, ou então de Mengzi 孟 子 (Mêncio), o segundo grande pensador da tradição dos letrados, bem como do Libro de los documentos (Shujing 书经). Definitivamente, Fernández de Navarrete atribui ao mestre uma amálgama de textos da tradição dos letrados (rujia) que surge a partir dos seus ensinamentos.

O Tratado IV, intitulado De la doctrina moral chínica, centra-se na tradução de um livro compilado no século XIV, o Mingxin baojian 明心宝鉴, do género dos mengshu 蒙书, livros de ilustração, ou shanshu 善 书, livros que aconselham a fazer o bem. Trata-se de um livro de carácter pedagógico, que compila aforismos, citações e breves incursões eruditas de pensadores clássicos chineses de tradição diversa, mas basicamente confucionista e, em menor grau, tauista. Era um livro utilizado no processo de aprendizagem do chinês e do caudal de saber moral que a sua escrita transporta, algo equivalente às Flores doctorum medievais europeias, ou seja, uma compilação ou florilégio de ditos de homens sábios, para aprender a ler e a escrever e ao mesmo tempo adquirir conhecimentos. Fernández de Navarrete traduz o título como Espejo precioso del alma e exprime foneticamente o título chinês como Ming sin pao kien.

Este mesmo livro fora traduzido em Manila mais de 80 anos antes pelo também dominicano Fr. Juan Cobo com a ajuda de chineses cristianizados de Manila pouco antes de morrer, por volta de 1590, e publicado postumamente em 1593, com o título de Beng Sim Po Cam (reflectindo foneticamente o dialecto minnan, próprio de Fujian e Taiwan) ou Espejo del claro corazón. Nesta edição é especificado um compilador, Fan Liben 范立本. É um pormenor importante porque se conservam poucas cópias do livro (na Coreia, Japão e Vietname) e nenhuma, exceptuando a de Juan Cobo, indica Fan Liben como compilador daquela antologia de frases filosóficas.

Na sua tradução desta colecção de frases sábias que ocupa o Tratado IV, tal como sempre que traduz ou refere dados alheios, Fernández de Navarrete não se limita a reproduzir, mas glosa e comenta, analisa e polemiza, compara os textos chineses com textos bíblicos ou patrísticos e contextualiza o que traduz ou edita. Entre as auctoritas que cita, para além do "Eclesiastes" e do "Deuteronómio" e de qualquer outro livro da Bíblia, encontramos desde Santo Agostinho a Tito Lívio, passando por S. Tomás, Alberto Magno ou Boécio. Em comparação com a tradução de Juan Cobo, a de Fernández de Navarrete é mais incompleta e menos literal ou respeitosa, mas certamente que, ao comentar e glosar os textos que vai traduzindo, em muitos casos é mais esclarecedor e penetrante: deita luz sobre o seu sentido ou estende pontes interculturais que permitem ao leitor europeu do século XVII compreender alguma coisa de um estilo de pensamento e de coordenadas conceptuais tão díspares.

Fernández de Navarrete é um autor polemista e dialéctico, discute constantemente com os seus contemporâneos e antecessores.

O quinto *Tratado*, um dos capítulos-chave e, em termos sinológicos, mais relevantes do livro, intitula-se *Tratado V y especial de la secta literaria*. Nele é reproduzida a obra do jesuíta Longobardi intitulada *Xang Ti, Tien Xin y Ling Hoen, esto es del Rey de lo alto, espíritus y alma racional...escrito por el padre jesuita Nicola de Longobardi*, um jesuíta importante (sucessor de Matteo Ricci), contrário à tolerância para com os ritos, heterodoxo na sua ordem e alinhado assim com Fernández de Navarrete e os restantes dominicanos e franciscanos... Este *Tratado V* de *la Secta literaria* torna-se especialmente interessante no diálogo que se cria entre o texto de Longobardi que o jesuíta edita e as valiosas e prolixas anotações, glosas e comentários de Fernández de Navarrete.

O Tratado VI, intitulado De los viajes y navegaciones que el autor de este libro ha hecho, contém o maior

número de informações em primeira mão, recolhidas no processo de reviver e dar forma ao longo périplo da aventura pessoal. Através das notícias que este *Tratado* contém é possível unir as pontas de uma biografia pessoal, completa e repleta dos imprevistos próprios da vida marítima. Também aparecem capítulos inteiros dedicados a polemizar com cronistas jesuítas como o Pe. Colín ou o Pe. Martino Martini. É neste *Tratado VI* que se verificam os maiores contributos para o conhecimento da China em relação à mudança dinástica e às relações entre Manila, os missionários e o poderio naval de Zheng Chenggong.

Finalmente, no *Tratado VII*, são acrescentados os *Decretos pontificios y proposiciones calificadas en Roma para la mission chinica*. A culminação jurídico-eclesiástica encerra o volume orientando a sua interpretação global num sentido claramente político (de política missionária, que não deixa de ser política) muito concreto e persuasivo: tratava-se de começar o livro tentando mostrar as grandezas, riquezas e

capacidades da China e, depois, de dignificar-se apreciando as virtudes filosóficas, sem perder de vista os erros e perigos rituais que um excesso de apego às teses confucionistas poderiam vir a criar. Tratava--se, não de evitar a grandeza irrefutável da tradição chinesa, ou de alguma forma negar o fascínio que exerce, mas sim de conhecê-la para melhor cristianizá--la. Tratava-se de entrar em contacto directo com outros textos da tradição de formação moral dos letrados. Da capacidade retórica de Fernández de Navarrete destaca-se a argúcia de utilizar textos jesuítas alinhados com as teses críticas dominicanas e franciscanas (Longobardi), para mais adiante enraizá--las no seu estilo de vida e de pensamento, em alguns dos seus relatos e pormenorizações. Podemos partilhar da apreciação da figura de Fernández de Navarrete que Joseph Needham oferece quando afirma que ele "is one of the most interesting characters among the Europeans who worked in 17th-century China. One of the cardinal figures in the lamentable Rites Controversy". RC

BIBLIOGRAFIA

- Cummins, J. S. ed., *The Travels and Controversies of Friar Domingo Navarrete*, 2 vols. Cambridge: The Hakluyt Society, 1962.
- ——, A Question of Rites: Friar Domingo Navarrete and the Jesuits in China. Aldesrshot: Scolar Press, 1993.
- Fernández, Pablo. Dominicos donde nace el sol. Historia de la provincia del Santisimo Rosario de Filipinas de la Orden de Predicadores. Barcelona: Ed. Yuste, 1958.
- González, José M. *Historia de las misiones dominicanas en China*. Madrid: Impenta Juan Bravo, Vols. I e V, 1964-1967.
- ——, Un misionero diplomático. Vida del padre Victorio Riccio. Madrid: Ediciones Studium, 1995.
- Van Kley, Edwin J. "News from China; Seventeenth-Century European Notices of the Manchu Conquest", The Journal of Modern History, Vol. 45. 4, (1973), 561-82